

“Quimioterapia” fiscal

O atual Governo tem pela frente uma tarefa muito complicada, equilibrar as contas públicas. O que implica reformar o Estado e a mentalidade dos contribuintes. João Magalhães Ramalho, sócio coordenador da área de prática de Direito Fiscal da PLMJ, em entrevista à “Vida Económica”, admite que algumas das medidas adotadas pelo Executivo em matéria fiscal são bastante questionáveis, estando-se mesmo perante uma “quimioterapia” fiscal. Casos flagrantes deste tipo de política cega é o que se tem passado em sedes de IVA e IRC.

GUILHERME OSSWALD
guilherme@vidaeconomica.pt



Vida Económica – Como encara o Orçamento do Estado para este ano, tendo em conta o contexto de crise que se vive?

João Magalhães Ramalho – Fruto do memorando assinado com a “troika”, Portugal comprometeu-se a atingir metas orçamentais, as quais implicam cortes na despesa e o aumento da receita, designadamente da receita fiscal.

É de assinalar as dificuldades com que este Executivo se confronta diariamente para reformar o Estado e a mentalidade dos contribuintes. Desde a luta constante em fazer adoptar medidas contra a vontade dos serviços, por exemplo no tocante ao regime dos residentes não habituais – importantíssimo para a captação de investimento estrangeiro e a dinamização do setor imobiliário – até à implementação de formas de controlo da economia paralela e da evasão fiscal, de que é exemplo a introdução de mecanismos de controlo eletrónico da emissão de faturas, tudo tem sido fator de contestação, esquecendo o cidadão comum que ao deixar parte da economia por tributar, serão sempre os mesmos a pagar a fatura.

“As novas regras fiscais têm necessariamente de vigorar por um período longo, transluce Ramalho.

VE – Mas tem havido um esforço de aproximação da máquina fiscal ao contribuinte?

JMR – Quem lida com a administração fiscal sabe que existe hoje um claro esforço de aproximação às dificuldades dos cidadãos e das empresas. Muitos dos funcionários da Autoridade Tributária são um exemplo de profissionalismo, que só podem deixar orgulhosa a administração pública e que torna difícil de aceitar as críticas de demérito do trabalho desenvolvido pelos funcionários da função pública. Mas, claro está, a máquina fiscal está vinculada a diretrizes superiores e a normas tributárias que têm na sua origem opções políticas, as quais podem e devem ser questionadas.

VE – E quanto às medidas fiscais que têm sido adotadas?

JMR – Algumas das medidas são bastante questionáveis, pelo facto de encerrarem a opção de uma “quimioterapia” fiscal, a qual, paradoxalmente, ao invés de gerar

mais receita, tem contribuído para um crescente asfixiar das famílias e da economia. É o caso da subida das taxas do IVA nos setores hoteleiro e da restauração.

Quem trabalha com consumidores finais sabe perfeitamente que a componente do IVA constitui um importante factor de competitividade. Se os consumidores finais não podem deduzir este imposto, o mesmo torna-se parte do preço, afetando a competitividade da oferta de bens e serviços.

A desejável estabilidade fiscal

VE – A situação não é muito diferente em sede de IRS?

JMR – O aumento brutal da carga fiscal, em sede de IRS, tem reduzido o rendimento disponível das famílias, limitando as suas decisões de consumo e investimento, com efeitos transversais nefastos em todos os setores de atividade económica.

Também em sede IRC, embora

03-05-2013

asfixia famílias e empresas



despesa fiscal associada aos benefícios fiscais concedidos, perdeu-se um centro de negócios competitivo, conduzindo ao desemprego um elevado número de quadros especializados. Mas mais relevan-

te do que ver a injustificada destruição da Madeira foi perceber, mais uma vez, que outras jurisdições que estão em permanente competição com a Zona Franca da Madeira aproveitaram de im-

diato os sinais de incerteza transmitidos pelo Governo português para tornarem as suas legislações mais favoráveis e desviarem para os seus países investimentos antes captados por Portugal. É tudo

uma questão de mentalidade e saber se Portugal está – ou não – interessado em entrar neste jogo.

Se de facto não estiver, então não serão uns meros retoques na legislação que farão a diferença.

versal a vários governos”, afirma João Maga-

as recentes medidas anunciadas pelo ministro da Economia sejam de aplaudir, as mesmas, à semelhança daquelas que irão ser propostas pela Comissão da Reforma do IRC, só terão um real impacto se lhes for concedida estabilidade.

O verdadeiro segredo da competitividade de outras jurisdições fiscais, relativamente a Portugal, está neste ponto nuclear, o compromisso dos governos locais em manterem atualizado um ordenamento fiscal que assegure aos empresários que os pressupostos em que assentam os seus investimentos não serão substancialmente alterados. Não podemos estar sempre a mudar as regras do jogo, tirando o tapete a quem acredita e arrisca investir em Portugal.

VE – O contexto fiscal português é, portanto, pouco interessante para os investidores estrangeiros?

JMR – Veja-se o exemplo da Zona Franca da Madeira. Com argumentos fundados na elevada